

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.899 - RS (2019/0335815-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **PULVERJET - INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA**
ADVOGADOS : **LUÍS AURÉLIO PALMA DE AZEVEDO - RS024610**
 JOÃO AUGUSTO SILVA SALLES - RS112962
RECORRIDO : **LINDOMAR JOSE SPAGNOL**
ADVOGADOS : **ALEX SANDRO CANTELE - RS059113**
 ADRIANO ERLINDO KOCH - RS091467

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO MEDIANTE APRECIACÃO EQUITATIVA DO MAGISTRADO. IMPOSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE. OBSERVÂNCIA DOS PARÂMETROS DO ART. 85, § 2º, DO CPC/2015. FIXAÇÃO COM BASE NO VALOR DA CAUSA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por Pulverjet - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda. contra decisão do Magistrado de primeiro grau que, nos autos da ação de despejo por infração contratual ajuizada por Lindomar José Spagnol, deferiu a medida liminar de despejo.

A Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul extinguiu o feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC/2015, julgando prejudicado o agravo de instrumento. Condenou, ainda, a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios no importe de R\$ 1.000,00 (mil reais), com base na equidade.

O acórdão está assim ementado (e-STJ, fls. 125-136):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LOCAÇÃO. AÇÃO DE DESPEJO POR INFRAÇÃO LEGAL. ALEGAÇÃO DE FALTA DE PAGAMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. EMENDA DA INICIAL. IMPOSSIBILIDADE. CITAÇÃO JÁ PERFECTIBILIZADA. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. VERIFICADA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. IMPOSIÇÃO.

Conquanto intitulada como ação de despejo por infração contratual,

Superior Tribunal de Justiça

extrai-se que o real fundamento do despejo é a falta de pagamento dos locativos e demais encargos. A inviabilidade de emenda da inicial, porquanto já perfectibilizada a citação, implica na impossibilidade jurídica do pedido e induz a extinção do feito sem resolução de mérito. **PROCESSO EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.**
AGRAVO DE INSTRUMENTO PREJUDICADO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

A demandada interpõe recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando violação ao art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que os honorários advocatícios devem ser fixados com base no valor atualizado da causa, sendo inviável, no caso, seu arbitramento mediante a equidade.

Contrarrazões às fls. 260-269 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

A Segunda Seção do STJ firmou o entendimento de que o juízo de equidade na fixação dos honorários advocatícios somente pode ser utilizado de forma subsidiária, quando não presente qualquer hipótese prevista no § 2º do art. 85 do CPC/2015.

Assinala-se que o CPC/2015 tornou a fixação dos honorários sucumbenciais mais objetiva, de modo que deverá ser adotado uma ordem de preferência, qual seja, o valor da condenação, quando esta estiver presente, o valor do proveito econômico obtido pelo vencedor, quando este puder ser constatado, ou o valor atualizado da causa. Assim, somente quando inviável a aplicação de algum desses parâmetros é que a verba sucumbencial será arbitrada segundo a apreciação equitativa do Magistrado.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.
2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do

julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido.

Segundo recurso especial desprovido. (REsp 1746072/PR, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Rel. para o acórdão Min. Raul Araújo, Segunda Seção, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019)

No caso dos autos, a Corte estadual julgou extinta a ação de despejo, sem resolução do mérito, condenando a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios no

Superior Tribunal de Justiça

importe de R\$ 1.000,00 (mil reais), com base na equidade.

Contudo, a fixação dos honorários mediante apreciação equitativa não pode prevalecer, devendo a verba ser calculada com fundamento no art. 85, § 2º, do CPC/2015, ou seja, sobre o valor atualizado da causa.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para condenar o ora recorrido ao pagamento dos honorários sucumbenciais, os quais fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

